LEI Nº 762, DE 28 DE JUNHO DE 2019

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São José da Varginha:

Faço saber que a Câmara Municipal de São José da Varginha aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2020 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública municipal;

II - A estrutura e a organização do orçamento;

III - As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações;

IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;

V - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;

VII - As disposições gerais; e

VIII - Anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

I – emprego e renda;

II – desenvolvimento social;

III – planejamento e desenvolvimento urbano;

IV – gestão democrática e participativa.

Parágrafo único – Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2020, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V – órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;

VI – unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;

VII - especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - Sicom;

VIII - grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;

IX - aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;

X - produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

XI - unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

XII - meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir aos seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4° - O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1° - A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações especificando o grupo de natureza de despesa, e a modalidade de aplicação.

§ 2° - A despesa será discriminada na LOA, no mínimo por:

I - órgão e unidade orçamentária;

II - função;

III - subfunção;

IV - programa;

V - ação: atividade, projeto e operação especial;

VI - categoria econômica;

VII - grupo de natureza de despesa;

VIII - modalidade de aplicação;

IX - origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5° - A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, equivalente a, no máximo, 10% (dez por cento) da receita corrente líquida na proposta orçamentária, destinada a:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II – fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único – Para efeito desta lei, entende-se como "eventos e riscos fiscais imprevistos", as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º - As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcela, ainda que pequena, à despesa de capital.

§ 1º - Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de julho de 2019, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar o orçamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.

§ 3º - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete

por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

Art. 8º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2020, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios.

Art. 9º - Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único - O Município atuará prioritariamente no ensino básico.

Art. 10 - Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a constante da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e leis que fixarem normas complementares.

Art. 11 - A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 12 - O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1° de julho de 2019.

Art. 13 - A lei orçamentária de 2020 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exeqüenda, e pelo menos um dos seguintes documentos:

I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 14 - Os créditos suplementares e especiais no Orçamento serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64 e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1° - Os recursos referidos no "caput" são provenientes de:

I – superávit financeiro;

II – excesso de arrecadação;

III – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e

V – Reserva de Contingência.

§ 2° - O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, dependerá de fiel observância dos termos do § 3°, do art. 43, da Lei 4.320/64 e

§ 3° - Por não se constituírem autorizações de despesa na forma do art. 42 da Lei n° 4.320/64, não serão considerados créditos suplementares as alterações nas fontes e destinações de recursos realizadas no exercício.

§ 4° - As alterações nas fontes e destinações de recursos poderão ser realizadas mediante decreto, desde que devidamente justificadas.

§ 5° - As classificações nas dotações, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que justificadas e se autorizadas por meio de Decreto, para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

§ 6° - Com a finalidade de atender às necessidades de execução orçamentária no exercício de 2020, fica autorizada a inclusão de novas fontes de recursos nas dotações orçamentárias, quando referidas fontes não tiverem sido previstas ou seus valores se tornarem insuficientes.

§ 7° - Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, conforme disposto no § 2° do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

§ 8° - Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 9° - O Prefeito Municipal poderá delegar, no âmbito do Poder Executivo, aos Secretários Municipais, a abertura dos créditos suplementares a que se refere o caput.

§ 10 - As modificações de classificação de dotação também poderão ocorrer na abertura ou reabertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2020, bem como na reabertura de créditos especiais e extraordinários.

§ 11 - O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de 2020 poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de 2020, por meio de ato administrativo.

Art. 15 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, realocar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, e ainda, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA para 2020.

Parágrafo único. Fica o Executivo, mediante ato administrativo, autorizado a modificar o crédito consignado na especificação da fonte e destinação de recursos do orçamento municipal de 2020, para fins de adequação da prestação de contas ao detalhamento contido no Sicom/TCEMG.

Art. 16 - As dotações destinadas ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, somente poderão ser remanejadas para outras categorias de programação por meio da abertura de créditos adicionais por intermédio de projeto de lei.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o caput poderão ser remanejados para outras categorias de programação, por meio de decreto, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária de 2020, desde que mantida a destinação ao serviço da dívida.

Art. 17 - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 18 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 19 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, até 30 de setembro do exercício de 2019.

Art. 20 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2020 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços de dívida;

IV – outras despesas correntes, limitadas a 1/12 (um doze avos) do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;

V – despesas vinculadas, correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, serão executadas conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;

VI – despesas de capital – investimentos, iniciadas e em andamento, serão executadas conforme projeto básico e executivo constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;

VII – despesas com educação e saúde conforme disposto na Constituição Federal.

Parágrafo único – Os eventuais saldos negativos apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados após a sanção pelo Prefeito Municipal mediante abertura de créditos adicionais, por meio de remanejamento de dotações.

Art. 21 - As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1° - A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no caput deverá ser homologada por órgão competente do Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 2° - A postergação da elaboração do impacto orçamentário-financeiro ou a sua falta desobriga o Poder Executivo de apreciar a emenda proposta pelo Poder Legislativo.

§ 3° - Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1°, da Constituição Federal;

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 4° - É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

I - dotação financiadas com recursos vinculados;

II - dotações referentes a contrapartidas;

III - dotações referentes a obras em execução;

IV - dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;

V - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

VI - dotações referentes a benefícios eventuais;

VII - dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;

VIII - dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;

IX - dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;

X - dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.

§ 5º - As emendas ao Projeto de Lei de LOA não poderão ser destinadas a entidades privadas.

§ 6º - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º art. 166.

§ 7º - Ao Projeto de Lei LOA não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 22 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º - A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

I - substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou

II - dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:

a) atenção à saúde aos povos indígenas;

b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

c) combate à pobreza extrema;

d) atendimento às pessoas com deficiência; e

e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

III - dispensada, desde que a subvenção seja concedida por lei específica e a entidade tenha seu funcionamento autorizado e estatutos homologados por ato do Poder Executivo.

§ 2º - Só se beneficiarão das concessões de que trata o "caput", as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 3º - A execução das ações de que tratam o "caput" fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 23 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o caput do art. 21 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

II - estejam previstas na Lei Orçamentária de 2020 ou em seus créditos adicionais;

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público, ressalvados os casos de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público para atividades ou projetos voltados ou vinculados a serviços de educação ou integrantes do Sistema Único de Saúde ou do Sistema Único de Assistência Social, desde que executados por OSC's previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Parágrafo único - O disposto no **caput** deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio, termo de parceria ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes, correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2020.

Art. 24 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e que preencham as seguintes condições:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias a instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente;

c) conclusão de obras em andamento, vedada destinação de recursos para ampliação do projeto original.

II – execução na modalidade de aplicação 50 – entidade privada sem fins lucrativos.

DOS AUXÍLIOS

Art. 25 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, atendam ao disposto no caput do art. 21 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como

àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no caput do art. 20 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência;

IV - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

V - voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 20 a 23 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins

lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - aplicação de recursos de capital deverá ocorrer exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente.

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, termo de parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI - publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições , que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos três anos;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS certidão negativa de débitos municipais.

XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;

XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.

§ 1º - A determinação contida no inciso I do caput não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de

habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º - A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º - As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação, não se lhes aplicando as condições constantes dos arts. 20, 21 e 23.

§ 4º - A comprovação a que se refere o inciso XIII do caput:

I - será regulada pelo Poder Executivo;

II - alcançará, no mínimo, o último ano à data prevista para a celebração do convênio, termo de parceria ou contrato de repasse, devendo ser esta data previamente divulgada por meio do edital de chamamento público ou de concurso de projetos; e

III - será dispensada para entidades sem fins lucrativos prestadoras de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, habilitadas até o ano de 2019 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Art. 27 - É facultativa a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 20, 21 e 23 desta Lei.

Art. 28 - A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura com transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1° - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2° - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução n°. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 30 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2020, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 31 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar n° 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32 - A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II – 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 33 - As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 34 - O disposto no § 1° do art. 18 da Lei Complementar n° 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 35 - Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:

I – para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;

II – manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 36 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino.

Art. 37 - Fica autorizada, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 38 – Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:

I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar federal ou de Resolução do Senado Federal;

III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV – quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exeqüível a sua cobrança;

VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;

IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1° - A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II - indicar a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – tiver período de vigência igual ou inferior ao da lei que aprovar o plano plurianual;

V – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.

§ 2º – Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único - A garantia contida no "caput" não impede o município de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 40 - Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Art. 41 - A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 42 - O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Art. 43 - Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

I – que constituam obrigações constitucionais e legais;

II – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III – destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 44 - O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 45 - O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

I – haja previsão orçamentária;

II – formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 46 - O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

I – a vinculação de recursos a finalidades específicas;

II – as áreas de maior carência no Município.

Art. 47 - As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, e legislações posteriores.

Art. 48 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

I – as despesas relativas a compras e serviços cujos valores sejam inferiores ao valor disposto no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/1993, atualizados pelo Decreto Federal nº 9.412/2018;

II – as despesas relativas a obras e serviços de engenharia, cujos valores sejam inferiores ao valor disposto no artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/1993, atualizados pelo Decreto Federal nº 9.412/2018.

Art. 49 - Para efeito do disposto no art. 42 da LRF, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 50 - Na hipótese de celebração de contratos, convênios, termos de parceria ou instrumento congênere com entidades públicas ou privadas, suas fundações e autarquias cujo instrumento contemple a participação de representantes da sociedade civil na realização dos objetivos, o Município poderá disponibilizar recursos necessários para custear participação em eventos de interesse público.

Art. 51 - A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

I – renda familiar per-capta a ser definida em regulamentação específica;

II – ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;

III – ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;

IV – grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.

Art. 52 - Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto e somente a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro.

Art. 53 - Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4° da Lei Complementar n°. 101/2000.

Art. 54 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Varginha, MG, 28 de junho de 2019.

Vandeir Paulino da Silva
Prefeito Municipal

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

Quadro 5 - Memória de Cálculo da Receita
Projeção da Receita para o Período e 2019 a 2022
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020

28 jun 2019 14:40
FOLHA: 1

Projeção da Receita para os Próximos Exercícios

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	22.613.100,00	23.969.886,00	25.408.079,16	26.932.563,91
1.1.0.0.00.0.0	Imp., Tax. e Contrib. de Melhoria	514.500,00	545.370,00	578.092,20	612.777,73
1.1.1.0.00.0.0	Impostos	430.500,00	456.330,00	483.709,80	512.732,39
1.1.1.3.00.0.0	Imp. s/ Renda e Prov. Qualquer Natureza	104.000,00	110.240,00	116.854,40	123.865,66
1.1.1.3.03.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	104.000,00	110.240,00	116.854,40	123.865,66
1.1.1.3.03.1.0	Imp. s/ a Renda - Retido Fonte -Trabalho	85.000,00	90.100,00	95.506,00	101.236,36
1.1.1.3.03.1.1	IRRF - Trabalho - Principal	85.000,00	90.100,00	95.506,00	101.236,36
1.1.1.3.03.4.0	IRRF - Trabalho - Outros Rendimentos	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
1.1.1.3.03.4.1	IRRF - Trabalho - Outros Rend. Principal	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
1.1.1.8.00.0.0	Imp. Espec. de Estados/DF Mun.	326.500,00	346.090,00	366.855,40	388.866,72
1.1.1.8.01.0.0	Imp. s/ o Patrimônio p/ Estados/DF/Mun.	214.600,00	227.476,00	241.124,56	255.592,03
1.1.1.8.01.1.0	IPTU	152.000,00	161.120,00	170.787,20	181.034,43
1.1.1.8.01.1.1	IPTU - Principal	108.000,00	114.480,00	121.348,80	128.629,73
1.1.1.8.01.1.2	IPTU - Multas e Juros	13.000,00	13.780,00	14.606,80	15.483,21
1.1.1.8.01.1.3	IPTU - Dívida Ativa	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1.1.1.8.01.1.4	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.1.1.8.01.4.0	ITBI	62.600,00	66.356,00	70.337,36	74.557,60
1.1.1.8.01.4.1	ITBI - Principal	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.1.1.8.01.4.2	ITBI - Multas e Juros	600,00	636,00	674,16	714,61
1.1.1.8.01.4.3	ITBI - Dívida Ativa	1.400,00	1.484,00	1.573,04	1.667,42
1.1.1.8.01.4.4	ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros	600,00	636,00	674,16	714,61
1.1.1.8.02.0.0	Imp. s/Prod. circulação Mercad. Serviços	111.900,00	118.614,00	125.730,84	133.274,69
1.1.1.8.02.3.0	ISS - Principal	111.900,00	118.614,00	125.730,84	133.274,69
1.1.1.8.02.3.1	ISS - Principal	110.000,00	116.600,00	123.596,00	131.011,76
1.1.1.8.02.3.2	ISS - Multas e Juros	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.1.1.8.02.3.3	ISS - Dívida Ativa	300,00	318,00	337,08	357,30
1.1.1.8.02.3.4	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros	600,00	636,00	674,16	714,61
1.1.2.0.00.0.0	Taxas	83.000,00	87.980,00	93.258,80	98.854,33
1.1.2.1.00.0.0	Tax. pelo Exercício do Poder de Polícia	64.000,00	67.840,00	71.910,40	76.225,02
1.1.2.1.02.0.0	Tax. de Fisc. das Telecomunicações	64.000,00	67.840,00	71.910,40	76.225,02
1.1.2.1.02.2.0	Taxa de Fisc. de Funcionamento - TFF	64.000,00	67.840,00	71.910,40	76.225,02

Projeção da Receita para os Próximos Exercícios

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fisc. Func. - TFF - Principal	64.000,00	67.840,00	71.910,40	76.225,02
1.1.2.2.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
1.1.2.2.01.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
1.1.2.2.01.1.0	Taxas pela Prestação de Serviços	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
1.1.2.2.01.1.1	Tax. pela Prestação de Serv. - Princ.	19.000,00	20.140,00	21.348,40	22.629,30
1.1.3.0.00.0.0	Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.1.3.8.00.0.0	Contrib. de Melhoria - Específica E/M	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.1.3.8.99.0.0	Outras Contribuições de Melhoria	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.1.3.8.99.1.0	Outras Contribuições de Melhoria	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.1.3.8.99.1.1	Outras Contrib. de Melhoria - Princ.	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.2.0.0.00.0.0	Contribuições	357.000,00	378.420,00	401.125,20	425.192,71
1.2.4.0.00.0.0	Contrib. Custeio Serviço Ilum. Pública	357.000,00	378.420,00	401.125,20	425.192,71
1.2.4.0.00.1.0	Contrib. Custeio Serviço Ilum. Pública	357.000,00	378.420,00	401.125,20	425.192,71
1.2.4.0.00.1.1	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Púb. Princ.	357.000,00	378.420,00	401.125,20	425.192,71
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial	274.900,00	291.394,00	308.877,64	327.410,30
1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários	274.900,00	291.394,00	308.877,64	327.410,30
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias	274.900,00	291.394,00	308.877,64	327.410,30
1.3.2.1.00.1.0	Remuneração de Depósitos Bancários	268.900,00	285.034,00	302.136,04	320.264,20
1.3.2.1.00.1.1	Remu. de Dep. Banc. - Princ.	268.900,00	285.034,00	302.136,04	320.264,20
1.3.2.1.00.3.0	Remu. Saldos Recur. Não-Desembolsados	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
1.3.2.1.00.3.1	Remu. Saldos Recur. Não Des. Princ.	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços	90.000,00	95.400,00	101.124,00	107.191,44
1.6.9.0.00.0.0	Outros Serviços	90.000,00	95.400,00	101.124,00	107.191,44
1.6.9.0.99.0.0	Outros Serviços	90.000,00	95.400,00	101.124,00	107.191,44
1.6.9.0.99.1.0	Outros Serviços	90.000,00	95.400,00	101.124,00	107.191,44
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	90.000,00	95.400,00	101.124,00	107.191,44
1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	21.307.900,00	22.586.374,00	23.941.556,44	25.378.049,83
1.7.1.0.00.0.0	Transf. da União e de suas Entidades	13.388.400,00	14.191.704,00	15.043.206,24	15.945.798,62
1.7.1.8.00.0.0	Transf. da União - Específica E/M	13.388.400,00	14.191.704,00	15.043.206,24	15.945.798,62
1.7.1.8.01.0.0	Participação na Receita da União	10.562.000,00	11.195.720,00	11.867.463,20	12.579.510,99
1.7.1.8.01.2.0	Cota Parte F.Participação M. Cota Mensal	9.450.000,00	10.017.000,00	10.618.020,00	11.255.101,20

Projeção da Receita para os Próximos Exercícios

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
1.7.1.8.01.2.1	Cota Parte F.P.M. Cota Mensal-Principal	9.450.000,00	10.017.000,00	10.618.020,00	11.255.101,20
1.7.1.8.01.3.0	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês dezembro	730.000,00	773.800,00	820.228,00	869.441,68
1.7.1.8.01.3.1	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês dez.Princ.	730.000,00	773.800,00	820.228,00	869.441,68
1.7.1.8.01.4.0	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês julho	380.000,00	402.800,00	426.968,00	452.586,08
1.7.1.8.01.4.1	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês jul.Princ.	380.000,00	402.800,00	426.968,00	452.586,08
1.7.1.8.01.5.0	Cota-Parte ITR	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte ITR - Principal	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
1.7.1.8.02.0.0	Transf.Comp.Fin.Expl.Recursos Naturais	161.000,00	170.660,00	180.899,60	191.753,58
1.7.1.8.02.2.0	CFEM-Cota- parte Comp. Fin. Rec.Minerais	21.000,00	22.260,00	23.595,60	25.011,34
1.7.1.8.02.2.1	CFEM -Cota parte Comp. Fin.Rec.M. Princ.	21.000,00	22.260,00	23.595,60	25.011,34
1.7.1.8.02.6.0	FEP -Cota- parte F. Especial do Petróleo	140.000,00	148.400,00	157.304,00	166.742,24
1.7.1.8.02.6.1	FEP - Cota-parte F. Especial Pet. Princ.	140.000,00	148.400,00	157.304,00	166.742,24
1.7.1.8.03.0.0	Transf.Rec.SUS Repasses Fundo a Fundo	869.500,00	921.670,00	976.970,20	1.035.588,41
1.7.1.8.03.1.0	Transf.Rec.SUS - Atenção Básica	869.500,00	921.670,00	976.970,20	1.035.588,41
1.7.1.8.03.1.1	Transf.Rec.SUS - A. Básica - Principal	869.500,00	921.670,00	976.970,20	1.035.588,41
1.7.1.8.05.0.0	Transferências de Recursos do FNDE	298.000,00	315.880,00	334.832,80	354.922,77
1.7.1.8.05.1.0	Transferências do Salário-Educação	171.000,00	181.260,00	192.135,60	203.663,74
1.7.1.8.05.1.1	Transf. do Salário-Educação - Princ.	171.000,00	181.260,00	192.135,60	203.663,74
1.7.1.8.05.2.0	Transf. Prog. Dinheiro D. na Escola-PDDE	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
1.7.1.8.05.2.1	Transf. Prog.Dinh. D. Escola-PDDE Princ.	2.000,00	2.120,00	2.247,20	2.382,03
1.7.1.8.05.3.0	Transf. Prog. Nac. Aliment. Escolar-PNAE	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Prog.Nac. Al.Escolar-PNAE Princ.	60.000,00	63.600,00	67.416,00	71.460,96
1.7.1.8.05.4.0	Transf. Programa Transp. Escolar -PNATE	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
1.7.1.8.05.4.1	Transf.Prog.Transp.Escolar -PNATE Princ.	35.000,00	37.100,00	39.326,00	41.685,56
1.7.1.8.05.9.0	Outras Transferências Diretas do FNDE	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transf. Diretas do FNDE Principal	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1.7.1.8.06.0.0	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1.7.1.8.06.1.0	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1.7.1.8.06.1.1	ICMS -Desoneração L.C.Nº 87/96 Principal	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48
1.7.1.8.10.0.0	Transf. Conv. União e de Suas Entidades	1.021.261,22	1.082.536,89	1.147.489,11	1.216.338,45
1.7.1.8.10.2.0	Transf. Conv. União Dest. Prog. Educação	261.261,22	276.936,89	293.553,11	311.166,29

Projeção da Receita para os Próximos Exercícios

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
1.7.1.8.10.2.1	Transf. Conv.União D.P. Educação Princ.	261.261,22	276.936,89	293.553,11	311.166,29
1.7.1.8.10.9.0	Outras Transf. de Conv. da União	760.000,00	805.600,00	853.936,00	905.172,16
1.7.1.8.10.9.1	Outras Transf. de Conv. da União -Princ.	760.000,00	805.600,00	853.936,00	905.172,16
1.7.1.8.99.0.0	Outras Transferências da União	446.638,78	473.437,11	501.843,33	531.953,93
1.7.1.8.99.1.0	Outras Transferências da União	446.638,78	473.437,11	501.843,33	531.953,93
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transf. da União - Princ.	446.638,78	473.437,11	501.843,33	531.953,93
1.7.2.0.00.0.0	Transf. Estados e DF e de suas Entidades	6.161.500,00	6.531.190,00	6.923.061,40	7.338.445,08
1.7.2.8.00.0.0	Transf. dos Estados - Específica E/M	6.161.500,00	6.531.190,00	6.923.061,40	7.338.445,08
1.7.2.8.01.0.0	Participação na Receita dos Estados	5.325.000,00	5.644.500,00	5.983.170,00	6.342.160,20
1.7.2.8.01.1.0	Cota-Parte do ICMS	4.950.000,00	5.247.000,00	5.561.820,00	5.895.529,20
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.950.000,00	5.247.000,00	5.561.820,00	5.895.529,20
1.7.2.8.01.2.0	Cota-Parte do IPVA	280.000,00	296.800,00	314.608,00	333.484,48
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	280.000,00	296.800,00	314.608,00	333.484,48
1.7.2.8.01.3.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	75.000,00	79.500,00	84.270,00	89.326,20
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Mun. - Princ.	75.000,00	79.500,00	84.270,00	89.326,20
1.7.2.8.01.4.0	Cota-Parte Contrib. Interv.Dom.Econômico	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte Contrib. Interv.Dom.Ec.Princ.	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
1.7.2.8.03.0.0	Transf. R. Estado Prog.Saúde R.F.a Fundo	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
1.7.2.8.03.1.0	Transf. R. Estado Prog.Saúde R.F.a Fundo	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
1.7.2.8.03.1.1	Transf. R. E.Prog.Saúde R.F.Fundo Princ.	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
1.7.2.8.10.0.0	Outras Transferências do Estado	703.000,00	745.180,00	789.890,80	837.284,25
1.7.2.8.10.2.0	Transf. Convênios dos Estados - Educação	160.000,00	169.600,00	179.776,00	190.562,56
1.7.2.8.10.2.1	Transf. Conv. Estados - Educação Princ.	160.000,00	169.600,00	179.776,00	190.562,56
1.7.2.8.10.9.0	Outras Transf. de Conv. dos Estados	543.000,00	575.580,00	610.114,80	646.721,69
1.7.2.8.10.9.1	Outras Transf. Conv. Estados - Princ.	543.000,00	575.580,00	610.114,80	646.721,69
1.7.2.8.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	53.500,00	56.710,00	60.112,60	63.719,36
1.7.2.8.99.1.0	Outras Transferências dos Estados	53.500,00	56.710,00	60.112,60	63.719,36
1.7.2.8.99.1.1	Outras Transf. dos Estados - Princ.	53.500,00	56.710,00	60.112,60	63.719,36
1.7.5.0.00.0.0	Transf. de Outras Instituições Públicas	1.758.000,00	1.863.480,00	1.975.288,80	2.093.806,13
1.7.5.8.00.0.0	Transf. Outras Inst. Públicas -Esp. E/M	1.758.000,00	1.863.480,00	1.975.288,80	2.093.806,13
1.7.5.8.01.0.0	Transferências de Recursos do FUNDEB	1.758.000,00	1.863.480,00	1.975.288,80	2.093.806,13

Projeção da Receita para os Próximos Exercícios

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
1.7.5.8.01.1.0	Transferências de Recursos do FUNDEB	1.758.000,00	1.863.480,00	1.975.288,80	2.093.806,13
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos FUNDEB Princ.	1.758.000,00	1.863.480,00	1.975.288,80	2.093.806,13
1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	68.800,00	72.928,00	77.303,68	81.941,90
1.9.1.0.00.0.0	Multas Admin. Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.9.1.0.01.0.0	Multas Previstas Legislação Específica	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.9.1.0.01.1.0	Multas Previstas Legislação Específica	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.9.1.0.01.1.1	Multas Prev. Legislação Espec. Princ.	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
1.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restit. e Ressarcimentos	11.000,00	11.660,00	12.359,60	13.101,18
1.9.2.1.00.0.0	Indenizações	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
1.9.2.1.99.0.0	Outras Indenizações	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
1.9.2.1.99.1.0	Outras Indenizações	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
1.9.2.1.99.1.1	Outras Indenizações - Principal	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
1.9.2.2.00.0.0	Restituições	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
1.9.2.2.99.0.0	Outras Restituições	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
1.9.2.2.99.1.0	Outras Restituições	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
1.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas Correntes	56.800,00	60.208,00	63.820,48	67.649,71
1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas	56.800,00	60.208,00	63.820,48	67.649,71
1.9.9.0.99.1.0	Outras Receitas - Primárias	56.800,00	60.208,00	63.820,48	67.649,71
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	56.800,00	60.208,00	63.820,48	67.649,71
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	1.314.300,00	1.393.158,00	1.476.747,48	1.565.352,33
2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens	32.000,00	33.920,00	35.955,20	38.112,51
2.2.1.0.00.0.0	Alienação de Bens Móveis	31.000,00	32.860,00	34.831,60	36.921,50
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	31.000,00	32.860,00	34.831,60	36.921,50
2.2.1.3.00.1.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	31.000,00	32.860,00	34.831,60	36.921,50
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes -	31.000,00	32.860,00	34.831,60	36.921,50
2.2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens Imóveis	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2.2.2.0.00.1.0	Alienação de Bens Imóveis	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2.2.2.0.00.1.1	Alienação de Bens Imóveis - Principal	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	1.282.300,00	1.359.238,00	1.440.792,28	1.527.239,82
2.4.1.0.00.0.0	Transf. da União e de suas Entidades	760.300,00	805.918,00	854.273,08	905.529,46

Projeção da Receita para os Próximos Exercícios

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
2.4.1.8.00.0.0	Transferências da União	760.300,00	805.918,00	854.273,08	905.529,46
2.4.1.8.10.0.0	Transf. Conv. União e de suas Entidades	760.300,00	805.918,00	854.273,08	905.529,46
2.4.1.8.10.1.0	Transf. Conv. União Sist.Único Saúde SUS	270.000,00	286.200,00	303.372,00	321.574,32
2.4.1.8.10.1.1	Transf. Convênios União p/ o SUS Princ.	270.000,00	286.200,00	303.372,00	321.574,32
2.4.1.8.10.2.0	Transf. Conv. União dest. Prog. Educação	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
2.4.1.8.10.2.1	Transf. Conv. União d.P. Educação Princ.	145.000,00	153.700,00	162.922,00	172.697,32
2.4.1.8.10.9.0	Outras Transf. de Conv. da União	345.300,00	366.018,00	387.979,08	411.257,82
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transf. Conv. da União - Princ.	345.300,00	366.018,00	387.979,08	411.257,82
2.4.2.0.00.0.0	Transf. Estados DF e de suas Entidades	522.000,00	553.320,00	586.519,20	621.710,35
2.4.2.8.00.0.0	Transf. dos Estados, DF suas Entidades	522.000,00	553.320,00	586.519,20	621.710,35
2.4.2.8.10.0.0	Transf. Conv. Estados DF Entidades	522.000,00	553.320,00	586.519,20	621.710,35
2.4.2.8.10.1.0	Transferências Convênios Estados p/ SUS	177.000,00	187.620,00	198.877,20	210.809,83
2.4.2.8.10.1.1	Transferências Convênios E. p/SUS Princ.	177.000,00	187.620,00	198.877,20	210.809,83
2.4.2.8.10.2.0	Transf. Conv. Estados dest.Prog.Educação	155.000,00	164.300,00	174.158,00	184.607,48
2.4.2.8.10.2.1	Transf.Convênios Estados p/ Educ. Princ.	155.000,00	164.300,00	174.158,00	184.607,48
2.4.2.8.10.9.0	Outras Transf. de Conv. dos Estados	190.000,00	201.400,00	213.484,00	226.293,04
2.4.2.8.10.9.1	Outras Transf. Conv. dos Estados -Princ.	190.000,00	201.400,00	213.484,00	226.293,04
90.0.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.957.400,00	-3.134.844,00	-3.322.934,64	-3.522.310,72
95.0.0.0.0.00.0.0	FUNDEB	-2.957.400,00	-3.134.844,00	-3.322.934,64	-3.522.310,72
95.1.0.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-2.957.400,00	-3.134.844,00	-3.322.934,64	-3.522.310,72
95.1.7.0.0.00.0.0	Dedução Transferências Correntes	-2.957.400,00	-3.134.844,00	-3.322.934,64	-3.522.310,72
95.1.7.1.0.00.0.0	Dedu. Transf. União e de suas Entidades	-1.896.400,00	-2.010.184,00	-2.130.795,04	-2.258.642,74
95.1.7.1.8.00.0.0	Dedu. Transf. da União - Específica E/M	-1.896.400,00	-2.010.184,00	-2.130.795,04	-2.258.642,74
95.1.7.1.8.01.0.0	Dedu. Participação na Receita da União	-1.890.400,00	-2.003.824,00	-2.124.053,44	-2.251.496,65
95.1.7.1.8.01.2.0	Dedu. Cota-Parte do F.P.M. - Cota Mensal	-1.890.000,00	-2.003.400,00	-2.123.604,00	-2.251.020,24
95.1.7.1.8.01.2.1	Dedu. Cota-Parte do F.P.M. Mensal Princ.	-1.890.000,00	-2.003.400,00	-2.123.604,00	-2.251.020,24
95.1.7.1.8.01.5.0	Dedu. Cota-Parte Imp. S/ P. Territ.Rural	-400,00	-424,00	-449,44	-476,41
95.1.7.1.8.01.5.1	Dedu. Cota-Parte do I.P.T. Rural -Princ.	-400,00	-424,00	-449,44	-476,41
95.1.7.1.8.06.0.0	Dedu. Transf. F. ICMS Des. L.C. Nº 87/96	-6.000,00	-6.360,00	-6.741,60	-7.146,10
95.1.7.1.8.06.1.0	Dedu. Transf. F. ICMS Des. L.C. Nº 87/96	-6.000,00	-6.360,00	-6.741,60	-7.146,10
95.1.7.1.8.06.1.1	Dedu. T.F. ICMS Des. L.C.Nº 87/96 Princ.	-6.000,00	-6.360,00	-6.741,60	-7.146,10

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
95.1.7.2.0.00.0.0	Dedu. Transf. Estados e DF e Entidades	-1.061.000,00	-1.124.660,00	-1.192.139,60	-1.263.667,98
95.1.7.2.8.00.0.0	Dedu. Transf. Estados - Específica E/M	-1.061.000,00	-1.124.660,00	-1.192.139,60	-1.263.667,98
95.1.7.2.8.01.0.0	Dedu. Participação Receita dos Estados	-1.061.000,00	-1.124.660,00	-1.192.139,60	-1.263.667,98
95.1.7.2.8.01.1.0	Dedução Cota-Parte do ICMS	-990.000,00	-1.049.400,00	-1.112.364,00	-1.179.105,84
95.1.7.2.8.01.1.1	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-990.000,00	-1.049.400,00	-1.112.364,00	-1.179.105,84
95.1.7.2.8.01.2.0	Dedução Cota-Parte do IPVA	-56.000,00	-59.360,00	-62.921,60	-66.696,90
95.1.7.2.8.01.2.1	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-56.000,00	-59.360,00	-62.921,60	-66.696,90
95.1.7.2.8.01.3.0	Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios	-15.000,00	-15.900,00	-16.854,00	-17.865,24
95.1.7.2.8.01.3.1	Dedu. Cota-Parte do IPI - Mun. - Princ.	-15.000,00	-15.900,00	-16.854,00	-17.865,24
	Totais	**20.970.000,00**	**22.228.200,00**	**23.561.892,00**	**24.975.605,52**

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.242.102,35	17.216.628,49	18.249.626,20	19.344.603,77
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.307.121,99	9.865.549,31	10.457.482,27	11.084.931,20
3.1.71.00.00	Transf. Consórcios Públicos Med.Cont.Rat	46.921,99	49.737,31	52.721,55	55.884,84
3.1.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	46.921,99	49.737,31	52.721,55	55.884,84
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	9.260.200,00	9.815.812,00	10.404.760,72	11.029.046,36
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Res.Rem. e Reforma	42.000,00	44.520,00	47.191,20	50.022,67
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	26.000,00	27.560,00	29.213,60	30.966,42
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	1.663.200,00	1.762.992,00	1.868.771,52	1.980.897,81
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	5.921.500,00	6.276.790,00	6.653.397,40	7.052.601,24
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.439.200,00	1.525.552,00	1.617.085,12	1.714.110,23
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	6.300,00	6.678,00	7.078,68	7.503,40
3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	1.600,00	1.696,00	1.797,76	1.905,63
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	160.400,00	170.024,00	180.225,44	191.038,97
3.2.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.2.90.21.00	Juros Sobre Dívida Por Contrato	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
3.2.90.22.00	Outros Encargos S. Dívida Por Contrato	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.928.980,36	7.344.719,18	7.785.402,33	8.252.526,47
3.3.20.00.00	Transferência à União	100,00	106,00	112,36	119,10
3.3.20.41.00	Contribuições	100,00	106,00	112,36	119,10
3.3.30.00.00	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	75.500,00	80.030,00	84.831,80	89.921,71
3.3.30.41.00	Contribuições	75.500,00	80.030,00	84.831,80	89.921,71
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.40.41.00	Contribuições	500,00	530,00	561,80	595,51
3.3.50.00.00	Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos	372.600,00	394.956,00	418.653,36	443.772,56
3.3.50.41.00	Contribuições	107.500,00	113.950,00	120.787,00	128.034,22
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	265.100,00	281.006,00	297.866,36	315.738,34
3.3.70.00.00	Transf. Inst. Multigovernamentais	22.000,00	23.320,00	24.719,20	26.202,35
3.3.70.41.00	Contribuições	22.000,00	23.320,00	24.719,20	26.202,35
3.3.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	56.061,74	59.425,44	62.990,97	66.770,43
3.3.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	56.061,74	59.425,44	62.990,97	66.770,43

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	6.370.218,62	6.752.431,74	7.157.577,64	7.587.032,30
3.3.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	1.100,00	1.166,00	1.235,96	1.310,12
3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	116.100,00	123.066,00	130.449,96	138.276,96
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	43.000,00	45.580,00	48.314,80	51.213,69
3.3.90.30.00	Material de Consumo	2.114.600,00	2.241.476,00	2.375.964,56	2.518.522,43
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	61.900,00	65.614,00	69.550,84	73.723,89
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	36.800,00	39.008,00	41.348,48	43.829,39
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	390.300,00	413.718,00	438.541,08	464.853,54
3.3.90.36.00	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	695.500,00	737.230,00	781.463,80	828.351,63
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.330.900,00	2.470.754,00	2.618.999,24	2.776.139,19
3.3.90.40.00	Serv. de TI e Comunicação - PJ	41.600,00	44.096,00	46.741,76	49.546,27
3.3.90.41.00	Contribuições	6.000,00	6.360,00	6.741,60	7.146,10
3.3.90.46.00	Auxílio-alimentação	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	178.600,00	189.316,00	200.674,96	212.715,46
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas	36.700,00	38.902,00	41.236,12	43.710,29
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	273.218,62	289.611,74	306.988,44	325.407,75
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	2.700,00	2.862,00	3.033,72	3.215,74
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	21.200,00	22.472,00	23.820,32	25.249,54
3.3.93.00.00	Aplic.Direta Dec. Oper.Ó. Fundos e Ent.	32.000,00	33.920,00	35.955,20	38.112,51
3.3.93.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	32.000,00	33.920,00	35.955,20	38.112,51
4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.640.492,55	4.918.922,10	5.214.057,43	5.526.900,87
4.4.00.00.00	Investimentos	4.448.492,55	4.715.402,10	4.998.326,23	5.298.225,80
4.4.20.00.00	Transferências à União	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.20.42.00	Auxílios	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.4.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	12.831,33	13.601,21	14.417,28	15.282,32
4.4.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	12.831,33	13.601,21	14.417,28	15.282,32
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	4.434.661,22	4.700.740,89	4.982.785,35	5.281.752,47
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	3.287.561,22	3.484.814,89	3.693.903,79	3.915.538,01
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	1.065.100,00	1.129.006,00	1.196.746,36	1.268.551,14
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	52.000,00	55.120,00	58.427,20	61.932,83
4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições	30.000,00	31.800,00	33.708,00	35.730,48

Código	Descrição	2019	2020	2021	2022
4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	192.000,00	203.520,00	215.731,20	228.675,07
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	192.000,00	203.520,00	215.731,20	228.675,07
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	110.000,00	116.600,00	123.596,00	131.011,76
4.6.90.72.00	Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.6.90.75.00	Correção M. Dívida Op.Créd. Antec. Rec.	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.6.90.77.00	Princ. Corrig. Dívida Cont. Refinanciado	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28
9.0.00.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	87.405,10	92.649,41	98.208,37	104.100,87
9.9.00.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	87.405,10	92.649,41	98.208,37	104.100,87
9.9.99.00.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	87.405,10	92.649,41	98.208,37	104.100,87
9.9.99.99.00	Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	87.405,10	92.649,41	98.208,37	104.100,87
	Totais	**20.970.000,00**	**22.228.200,00**	**23.561.892,00**	**24.975.605,52**

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

Quadro 7 - Metas Anuais - Resultado Nominal
Projeção da Dívida Consolidada Líquida
Período Utilizado - 2017 a 2022
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020
Meta Fiscal - Resultado Nominal

R$ Unidade

Especificação	Exercícios						
	2017	2018 (c)		2019	2020	2021	2022
Dívida Fiscal Líquida 2016 (a) 0,00	(b)	Previsto (cp)	Realizado (cr)	(d)	(e)	(f)	(g)
Dívida Consolidada (I)	**2.507.221,23**	**2.256.499,11**	**2.359.610,20**	**2.030.849,20**	**1.827.764,28**	**1.644.987,85**	**1.480.489,08**
Deduções (II)	**4.061.233,44**	**3.655.110,10**	**1.790.165,89**	**3.289.599,09**	**2.960.639,18**	**2.664.575,26**	**2.398.117,73**
Ativos Disponíveis	4.332.620,33	3.899.358,30	3.484.160,87	3.509.422,47	3.158.480,22	2.842.632,20	2.558.368,98
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Restos a Pagar Processados	271.386,89	244.248,20	1.693.994,98	219.823,38	197.841,04	178.056,94	160.251,25
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I)	**-1.554.012,21**	**-1.398.610,99**	**569.444,31**	**-1.258.749,89**	**-1.132.874,90**	**-1.019.587,41**	**-917.628,65**
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	-1.554.012,21	-1.398.610,99	569.444,31	-1.258.749,89	-1.132.874,90	-1.019.587,41	-917.628,65
	(b - a)	(c - b)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
Resultado Nomial	**-1.554.012,21**	**-155.401,22**	**2.123.456,52**	**139.861,10**	**125.874,99**	**113.287,49**	**101.958,76**
			Inflação	**4,00**	**4,00**	**4,00**	**4,00**

Metodologia de Cálculo:

Valores projetados para 2019, 2020, 2021 e 2022 com base nos valores realizados em 2018, descontada projeção de inflação anual de 4,00%.

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
Exercício 2020

Especificação	Ano de **2020**				Ano de **2021**				Ano de **2022**			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100	% RCL (a / RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB)x100	% RCL (b / RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB)x100	% RCL (c / RCL)x100
Receita Total	22.228.200,00	21.373.269,23	0,003	106,69	23.561.892,00	21.784.293,64	0,004	106,69	24.975.605,52	22.203.222,36	0,004	106,69
Receitas Primárias (I)	21.902.886,00	21.060.467,31	0,003	105,13	23.217.059,16	21.465.476,29	0,003	105,13	24.610.082,71	21.878.273,91	0,004	105,13
Despesa Total	22.228.200,00	21.373.269,23	0,003	106,69	23.561.892,00	21.784.293,64	0,004	106,69	24.975.605,52	22.203.222,36	0,004	106,69
Despesas Primárias (II)	22.018.320,00	21.171.461,54	0,003	105,68	23.339.419,20	21.578.605,03	0,003	105,68	24.739.784,35	21.993.578,20	0,004	105,68
Resultado Primário (III) = (I - II)	-115.434,00	-110.994,23	0,000	-0,55	-122.360,04	-113.128,73	0,000	-0,55	-129.701,64	-115.304,29	0,000	-0,55
Resultado Nominal	125.874,99	121.033,64	0,000	0,60	113.287,49	104.740,65	0,000	0,51	101.958,76	90.640,97	0,000	0,44
Dívida Pública Consolidada	1.827.764,28	1.757.465,65	0,000	8,77	1.644.987,85	1.520.883,74	0,000	7,45	1.480.489,08	1.316.149,40	0,000	6,32
Dívida Consolidada Líquida	-1.132.874,90	-1.089.302,79	0,000	-5,44	-1.019.587,41	-942.665,87	0,000	-4,62	-917.628,65	-815.768,53	0,000	-3,92

Variáveis	Exercícios		
	2020	**2021**	**2022**
Inflação média (% anual) projetada c/ base em índice oficial*	4,00%	4,00%	4,00%
Crescimento do PIB - Fonte: Banco Central do Brasil, BCB	2,00%	2,00%	2,00%
Projeção do PIB:	653.729.952.487,50	670.073.201.299,68	686.825.031.332,17
Receita Corrente Líquida	20.835.042,00	22.085.144,52	23.410.253,19

*BCB, IPCA/IBGE

Fonte : Banco Central do Brasil, IPCA/IBGE

Metodologia de cálculo dos valores constantes	Ano de **2020**	= valores correntes dividido por...	1,0400
	Ano de **2021**	= valores correntes dividido por...	1,0816
	Ano de **2022**	= valores correntes dividido por...	1,1249

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Exercício 2020

AMF - Demonstrativo II (LRF, art 4º, §2º, inciso I)

R$ 1,00

Especificação	Metas Previstas			Metas Realizadas			Variação	
	2018 (a)	% PIB	% RCL	**2018** (b)	%PIB	% RCL	Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	18.445.000,00	0,000	91,99	18.445.000,00	0,000	105,70	0,00	0,00
Receitas Primárias (I)	12.915.300,00	0,000	64,41	18.197.100,00	0,000	104,28	5.281.800,00	40,89
Despesa Total	18.445.000,01	0,000	91,99	18.445.000,00	0,000	105,70	-0,01	0,00
Despesas Primárias (II)	18.287.000,01	0,000	91,21	18.287.000,00	0,000	104,80	-0,01	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-5.371.700,01	0,000	-26,79	-89.900,00	0,000	-0,51	5.281.800,01	-98,33
Resultado Nominal	-2.952.623,20	0,000	-14,72	2.123.456,52	0,000	12,16	-829.166,68	0,00
Dívida Pública Consolidada	2.256.499,11	0,000	11,25	2.359.610,20	0,000	13,52	103.111,09	4,56
Dívida Consolidada Líquida	-1.398.610,99	0,000	-6,97	569.444,31	0,000	3,26	0,00	0,00

*Valores do PIB no exercício de 2018	Previsão	Realizado
	637.785.319.500,00	637.785.319.500,00

*Fonte: 637785319500

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIO ANTERIORES
Exercício 2020

AMF - Demonstrativo III (LRF. Art. 4º, § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	17.000.000,00	18.445.000,00	8,50	20.970.000,00	13,68	22.228.200,00	5,99	23.561.892,00	6,00	24.975.605,52	5,99
Receitas Primárias (I)	16.959.000,00	18.197.100,00	7,30	20.663.100,00	13,55	21.902.886,00	5,99	23.217.059,16	6,00	24.610.082,71	6,00
Despesa Total	17.000.000,00	18.445.000,00	8,50	20.970.000,00	13,68	22.228.200,00	6,00	23.561.892,00	6,00	24.975.605,52	5,99
Despesas Primárias (II)	16.862.000,00	18.287.000,00	8,45	20.771.640,00	13,58	22.018.320,00	6,00	23.339.419,20	6,00	24.739.784,35	5,99
Resultado Primário (III) = (I - II)	97.000,01	-89.900,00	-192,68	-108.540,00	20,73	-115.434,00	6,35	-122.360,04	6,00	-129.701,64	5,99
Resultado Nominal	-1.554.012,21	-2.952.623,20	90,00	139.861,10	-104,73	125.874,99	-10,00	113.287,49	-10,01	101.958,76	-10,00
Dívida Pública Consolidada	2.507.221,23	2.256.499,11	-10,00	2.030.849,20	-10,00	1.827.764,28	-10,00	1.644.987,85	-10,01	1.480.489,08	-10,00
Dívida Consolidada Líquida	-1.554.012,21	-1.398.610,99	-10,00	-1.258.749,89	-10,01	-1.132.874,90	-10,01	-1.019.587,41	-10,00	-917.628,65	-10,01

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	18.343.000,00	19.182.800,00	12,56	20.970.000,00	18,23	21.373.269,23	1,92	21.784.293,64	1,92	22.202.511,79	1,91
Receitas Primárias (I)	18.298.761,00	18.924.984,00	11,32	20.663.100,00	18,09	21.060.467,31	1,92	21.465.476,29	1,92	21.877.573,75	1,91
Despesa Total	18.342.999,99	19.182.800,00	12,56	20.970.000,00	18,23	21.373.269,23	1,92	21.784.293,64	1,92	22.202.511,79	1,91
Despesas Primárias (II)	18.194.097,99	19.018.480,00	12,51	20.771.640,00	18,13	21.171.461,54	1,92	21.578.605,03	1,92	21.992.874,34	1,91
Resultado Primário (III) = (I - II)	104.663,01	-93.496,00	-196,15	20.663.100,00	25,56	-110.994,23	2,26	-113.128,73	1,92	-115.300,60	1,91
Resultado Nominal	-1.676.779,17	-3.070.728,13	97,12	139.861,10	-104,92	121.033,64	-13,47	104.740,65	-13,47	90.638,07	-13,47
Dívida Pública Consolidada	2.705.291,71	2.346.759,07	-6,63	2.030.849,20	-6,40	1.757.465,65	-13,47	1.520.883,74	-13,47	1.316.107,28	-13,47
Dívida Consolidada Líquida	-1.676.779,17	-1.454.555,43	-6,63	-1.258.749,89	-6,41	-1.089.302,79	-13,47	-942.665,87	-13,47	-815.742,42	-13,47

Metodologia de Cálculo

Índices de Inflação					
2017	2018	2019	2020	2021	2022
2,950%	3,750%	4,000%	4,000%	4,000%	4,000%

*BCB, IPCA/IBGE- Fonte das Informações: Banco Central do Brasil, IPCA/IBGE

Fatores para Estabelecimento de Valores Constantes - (Quadro 1 - Relatório de Índices)			
Ano de 2017 = valores correntes multiplicado por	1,0790%	Ano de 2020 = valores correntes divido por	1,0400%
Ano de 2018 = valores correntes multiplicado por	1,0400%	Ano de 2021 = valores correntes divido por	1,0816%
Ano de 2019 = valores correntes divido por	1,0000%	Ano de 2022 = valores correntes divido por	1,1249%

Fonte das Informações: Banco Central do Brasil, BCB

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício 2020

Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio / Capital	26.582.131,16	53,184	25.335.100,00	52,028	24.071.527,00	54,013
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	23.399.355,25	46,816	23.359.863,00	47,972	20.494.315,00	45,987
Total	**49.981.486,41**	**100,000**	**48.694.963,00**	**100,000**	**44.565.842,00**	**100,000**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro ao Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,000**	**0,00**	**0,000**	**0,00**	**0,000**

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
Exercício 2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R$ 1,00

Receitas Realizadas			
Receita de Capital - Alienação de Ativos (I)	**2018 (a)**	**2017 (b)**	**2016 (c)**
Alienação de Ativos	0,00	326.860,00	86.550,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	326.860,00	86.550,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Rendimento de Aplicação	0,00	1.792,75	0,00
Total (I)	0,00	328.652,75	86.550,00
Saldo Financeiro de Exercícios Anteriores somados ao Total (I)	415.202,75	415.202,75	86.550,00

Despesas Executadas			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**2018 (d)**	**2017 (e)**	**2016 (f)**
Despesa de Capital	328.522,44	0,00	86.550,00
Investimentos	328.522,44	0,00	86.550,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesa Correntes dos Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Total (II)	328.522,44	0,00	86.550,00
Saldo Financeiro (III) = (I - II)	130,31	328.652,75	0,00

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
Exercício 2020

AMF (LRF, art 4°, § 3°) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	**208.646,27**	Abertura de creditos adicionais a partir de anulacao de dotacoes orcamentarias.	**208.646,27**
Dívidas em Processo de Reconhecimento	**0,00**		**0,00**
Avais e Garantias Concedidas	**0,00**		**0,00**
Assunção de Passivos	**0,00**		**0,00**
Assistências Diversas	**0,00**		**0,00**
Outros Passivos Contingentes	**516.925,85**	Reducao e realinhamento de despesas em diversos setores da Prefeitura.	**516.925,85**
SUBTOTAL	**725.572,12**	**SUBTOTAL**	**725.572,12**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	**5.674.940,79**	Limitacao de Empenhos.	**5.674.940,79**
Restituição de Tributos a Maior	**0,00**		**0,00**
Discrepância de Projeções	**0,00**		**0,00**
Outros Riscos Fiscais	**0,00**		**0,00**
SUBTOTAL	**5.674.940,79**	**SUBTOTAL**	**5.674.940,79**
TOTAL	**6.400.512,91**	**TOTAL**	**6.400.512,91**

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela 9(LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R$ unidade

Eventos	Valor Previsto para: 2020
Aumento Permanente da Receita	1.258.500,00
(-)Transferências Constitucionais	1.069.725,00
(-)Transferências ao FUNDEB	180.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	8.775,00
Redução Permanente de Despesa (II)	212.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	220.775,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	220.775,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA
Estado de Minas Gerais
2020

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - LRF

POSIÇÃO EM: 12/04/2019

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA EM ANDAMENTO	SITUAÇÃO
Construção da UBS:Valor total da obra: R$ 986.332,46	Medição: 10ª; Saldo : R$ 358,55;
Construção do Portal de Entrada da Cidade	Medição: 2ª, Saldo Medido: R$ 326.963,71 (Contrato de Repasse nº 769144/2011
Construção de uma Unidade de Pró-Infância, Tipo 01, na Sede do Município	Medição: 4ª, Saldo Medido: R$ 510,984,17 (Convênio FNDE-MEC)

Prefeitura Municipal de São José da Varginha, MG, 28 de Junho de 2019.

Vandeir Paulino da Silva
Prefeito Municipal

UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: SAO JOSE DA VARGINHA

ENTIDADE: CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA VARGINHA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
Exercício 2020

AMF - Demostrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R$ 1,00

Tributos	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2020	2021	2022	
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	Outros benefícios de carater não geral	Receita Tributaria Municipal	0,00	0,00	0,00	Nada a Declarar.
ISSQN - Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza	Outros benefícios de carater não geral	Receita Tributaria Municipal	0,00	0,00	0,00	Nada a Declarar.
Multas e Juros da Divida Ativa Municipal do IPTU	Outros benefícios de carater não geral	Receita Tributaria Municipal	0,00	0,00	0,00	Nada a Declarar.
Multas e Juros da Divida Ativa do ISSQN	Outros benefícios de carater não geral	Receita Tributaria Municipal	0,00	0,00	0,00	Nada a Declarar
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA VARGINHA
Estado de Minas Gerais

ANEXO I
PRIORIDADES E METAS
2020

PROGRAMAS	CÓDIGO	AÇÕES	FINALIDADE DA AÇÃO	PRODUTO DA AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META
0025-Ação Legislativa	1001	Término Construção Prédio Legislativo Municipal	Maior conforto p/cidadão/servidores	Prédio em conclusão	UN	1
0025-Ação Legislativa	1002	Aquisição Equipamentos Dominio Patrimonial	Maior conforto p/cidadão/servidores	Equipamentos adquiridos	UN	1
0025-Ação Legislativa	2001	Manutenção das Atividades Legislativas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0025-Ação Legislativa	2002	Custeio de Viagens a Serviços Legislativo	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0025-Ação Legislativa	2003	Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0025-Ação Legislativa	2004	Manutenção Atividades Fiscalizadoras	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0025-Ação Legislativa	2005	Manutenção Pagamento Hospedagem, Recepções e Festividades	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0025-Ação Legislativa	2006	Manutenção Pagamento Verbas Indenizatórias	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	1003	Aquisição de 01 Veículo para o Gabinete do Prefeito	Viagens do prefeito e secretários a serviço do município	Veículo adquirido	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	1004	Aquisição de Mobiliário para o Gabinete do Prefeito	Mobiliar o gabinete do prefeito	Móveis adquiridos(poltronas, mesas, cadeiras)	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	1005	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Mobiliar o gabinete do prefeito	Móveis adquiridos	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	2007	Manutenção Pagamento Viagens do Executivo Municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	2008	Manutenção Atividades do Gabinete do Prefeito	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	2116	recepções, hospedagens, homenagens e festividades	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0013-Planejamento e coordenação Geral	2117	telefone movel gabinete do prefeito	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2201	manutenção atividades assessoria municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	1006	Construção, Implantação e Reforma do Almoxarifado Municipal	Melhores condições de trabalho a servidores e controle de bens	Prédio concluido e reformado	UN	1
0053-Administração Geral	1007	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria	Melhorar condições de trabalho dos servidores	Máquinas e computadores adquiridos	UN	1
0053-Administração Geral	1123	Aquisição /desapropriação de prédios e terrenos	Melhorias para administração	Terrenos e Prédios adquiridos	UN	1
0053-Administração Geral	2009	Manutenção Atividades Secretaria Prefeitura	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2010	Manutenção de Atividades do Almoxarifado Municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2011	Manutenção de Convênio com a AMECO e IMA	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2012	Manutenção de Contribuições a AMM e CNM	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2013	Manutenção de Convênio com o ITER	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2015	Manutenção Contribuição a Instituição e Entidade	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2206	Manutenção convenio com o tribunal de justiça	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0052-Telefonia	2019	Manutenção Serviços Telefonia no Município	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2016	Manutenção Convênio com a Policia Militar de MG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2017	Manutenção Convênio com a Policia Civil de MG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2018	Manutenção Atividades do CONSEP	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0143-Telecomunicação	1130	Aquisição Equipamentos Material Permanente p/ torre de TV	Melhoriaspara retransmissão sinal de TV	Aquisição equipamento	UN	1
0143-Telecomunicação	1131	Aquisição Equipamentos Material Permanente p/ torre de sinais	Melhoriaspara retransmissão sinal de TV	Aquisição equipamento	UN	1
0143-Telecomunicação	1132	Construção/Ampliação Torre de Sinais	Melhoriaspara retransmissão sinal de TV	Prédio concluido	UN	1
0145-Modernização da Administração	2134	serviços para modernização administrativas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0048-Operac.Serv.Arrecad./receitas	1009	Aquisição Equipamentos e Material Permanente	Melhoras condições e material permanente	Máquinas e computadores adquiridos	UN	1
0048-Operac.Serv.Arrecad./receitas	2021	Manutenção de Atividades do Setor de Fazenda, Fiscalização e Tesouraria	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0140-Administração de receitas	1188	manutenção com devolução de recursos de convenio	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0055-Informatica	1017	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Melhoras para o setor	computadores e periféricos adquiridos	UN	1

0055-Informatica	2027	Manutenção Atividades do Serviço de Informática	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0046-Encargos das Ações judiciais	1010	Manutenção Pagamento Sentenças Judiciais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0046-Encargos das Ações judiciais	1011	Manutenção Pagamento Precatórios Judiciais, em Conciliação c/Regime Especial com TJMG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0041-Previdencia Oficial	2023	Manutenção do Pagamento de Obrigações Patronais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0074-Previdencia Inativo/Pensionista	2024	Manutenção de Pagamento a Inativos e Pensionistas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0054-divida Interna	1189	Amortização Divida Contratada	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0054-divida Interna	2022	Manutenção Pagamento de Juros e Encargos da Dívida	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0047-Regist.Orçam.Financ.Patrimonio	1016	Aquisição de Equipamento Material Permanente	Melhorar condições de trabalho dos servidores	computadores e maquinas	UN	1
0047-Regist.Orçam.Financ.Patrimonio	2025	Manutenção do Setor de contabilidade	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0047-Regist.Orçam.Financ.Patrimonio	2026	Manutenção do Setor de Controladoria Municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0012-Assit.Social Geral	1140	Construção /Ampliação /Prédios	Maior conforto no atendimento carentes	Prédios construídos e ampliados	UN	1
0150-Gestão da Politica Assistencia social	1141	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Maior conforto no atendimento carentes	Equipamento adquirido	UN	1
0012-Assit.Social Geral	2121	Manutenção recepções, hospedagens, homenagens e festividades	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0012-Assit.Social Geral	2140	gestão da politica de assistencia social	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0150-Gestão da Politica Assistencia social	2195	Manutenção do Pagamento de Doações Diversas Autorizadas pelo Serviço de Assistência Social	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0155-Operac.Conselho Tutelar	1196	estruturação do conselho tutelar	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0155-Operac.Conselho Tutelar	2145	Manutenção atividade do Conselho Tutelar no Municipio	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0012-Assit.Social Geral	2212	Manutenção do Pagamento de Cestas Básicas à Pessoas Carentes	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0012-Assit.Social Geral	2213	manutenção de horta comunitaria	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Espacial	1150	Estrutura da rede de prot.social básica especial/const.casa popular	Melhor atendimento a pessoas carentes	Construção de casa	UN	1
0156-Gestão Operac. SUAS	1197	construção ampliação operacionalização do SUAS	Melhorar atendimentos aos usuarios	Atividades realizadas	UN	1
0156-Gestão Operac. SUAS	1198	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Setor	Melhorar atendimentos aos usuarios	Atividades realizadas	UN	1
0156-Gestão Operac. SUAS	2214	gestão do sistema unico da assistencia social SUAS	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0156-Gestão Operac. SUAS	2215	operacionalização da gestão do trabalho/capacitação	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0156-Gestão Operac. SUAS	2216	gestão do programa bolsa familia	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0156-Gestão Operac. SUAS	2217	operacionalização da vigilancia socio assistencial	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0157-conselho Munic.Assistencia Social	1199	Aquisição Equipamentos Material Permanente			UN	1
0157-conselho Munic.Assistencia Social	2218	manutenção do conselho municipal de assistencia	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0157-conselho Munic.Assistencia Social	2219	realização de eventos, seminarios reuniões	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2153	Manutenção do CRAS de São José da Varginha	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Espacial	2161	serviço de proteção social a adolescentes	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0160-Conselho Mun. Criança/Adolescente	1208	Aquisição de equipamentos para estruturação do Conselho Mun. Criança e Adolescente	Manter serviços propostos	Equipamento adquirido	UN	1
0160-Conselho Mun. Criança/Adolescente	2240	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0805-Assit. Social Criança e Adolescente	2112	manutenção das atividades da Assistencia	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0029-Assist.Social ao Desenvolvimento	1022	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Setor	Melhoras a prestação de serviços	Equipamento adquirido	UN	1
0029-Assist.Social ao Desenvolvimento	1127	Construção de Sede para funcionamento do CRAS	Melhoras atendimentos aos usuarios	prédio concluido	UN	1
0029-Assist.Social ao Desenvolvimento	2034	Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	1146	Estrutura da rede de proteção social básica	Melhoras a prestação de serviços	Estruturação do do setor	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2147	serviço de conveniencia e fortalecimento	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2148	gestão de beneficios eventuais auxilio moradia	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2225	Operacionalização do programa bolsa familia	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2226	serviço de proteção social basica	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Espacial	1148	Estrutura da rede de proteção social básica especial	Melhoras a prestação de serviços	Estruturação do do setor	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2156	serviço de proteção social especial a in	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2157	serviço especializado em abordagem social	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2162	serviço especializado para pessoas em situação de risco	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2163	serviço de proteção social basica	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2164	serviço de acolhimento	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2228	manutenção do CREAS	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1

0152-Proteção Social Especial	2229	serviço de proteção social especial a in	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2230	serviço de proteção social especial	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Especial	2231	serviço de acolhimento	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0062-Creche	1124	Aquisição de terreno para construção/ampliação predio da creche	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0062-Creche	1125	construção ampliação do predio da creche	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0062-Creche	1126	aquisição de Equipamento Material Permanente	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0062-Creche	2114	manutenção Atividade de convenio	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2129	capacitação e formação continuada de profissionais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	2233	manutenção dos programas e projetos de assistência social	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Espacial	2128	manutenção de abrigo	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0152-Proteção Social Espacial	2234	manutenção dos programas e projetos	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0153-promoção,proteção,defesa e atendimento	2127	manutenção dos programas e projetos	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0014-Reparos/Construção Prédios Públicos	1023	Reformas em Prédios Públicos Municipais	Predios reformados e construidos	Melhorar condições de trabalho	UN	1
0014-Reparos/Construção Prédios Públicos	1024	Ampliação e Reforma do Prédio da Prefeitura	Predios reformados e construidos	Melhorar condições de trabalho	UN	1
0014-Reparos/Construção Prédios Públicos	1025	Término da Construção e Reforma da Garagem Municipal	Melhorar as condições de trabalho	Garagem construida e reformada	UN	1
0014-Reparos/Construção Prédios Públicos	1026	Aquisição de Veículos para a Secretaria Municipal de Obras	Deslocamento de servidores	veículo adquirido	UN	1
0014-Reparos/Construção Prédios Públicos	2035	Manutenção Atividades do Setor	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0014-Reparos/Construção Prédios Públicos	1200	aquisição de Equipamento Material Permanente	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1129	Construção e Ampliação de Redes Elétricas no Município	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1027	Construção e Reforma de Praças no Povoado de Lagoa Branca, Conquista e Cachoeirinha	Melhor condições de laser ao cidadão	praça reformada	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1028	Construção e Reforma de Praças na Cidade, em Conquista, Cachoeirinha e Lagoa Branca	Melhor condições de laser ao cidadão	praça reformada	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1030	Construção e Reforma de Praça no Bairro do Rosário	Melhor condições de laser ao cidadão	mina laser construida	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1029	Construção, Reforma e Ampliação praça na Mina do Padre Libério	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1031	Término Construção, Ampliação e Reforma da Mina do Padre Libério	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1194	Aquisição de imoveis para construção de praça-lei municipal 586/2013	local para implantação da academia	imovel adquirido	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	1201	aquisição de Equipamento Material Permanente	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0133-Eletrificação Urbana e Rural	2036	Manutenção de Atividades do Setor de Praças e Jardins	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0061-vias urbanas	1034	Pavimentação Asfáltica de Ruas no Bairro Cidade Nova e Rosário	melhorar as condições de transito	vias e ruas pavimentadas	UN	1
0061-vias urbanas	1035	Urbanização de Ruas na Cidade	melhor conforto ao cidadão	ruas urbanizadas	UN	1
0061-vias urbanas	1036	Pavimentação/Manutenção da Avenida José Augusto de Morais e Adjacências	mais conforto aos moradores	avenida pavimentada	UN	1
0061-vias urbanas	1037	Pavimentação de Ruas em Caiana, Campo do Meio e Lagoa	mais conforto aos moradores	ruas pavimentadas	UN	1
0061-vias urbanas	1038	Calçamento/Pavimentação em Ruas Bairro São Francisco	mais conforto aos moradores	ruas pavimentadas/calçadas	UN	1
0061-vias urbanas	1039	Calçamento nos Povoados de Lagoa, Cachoeirinha, Lagoa Preta e Conquista	mais conforto aos moradores	ruas calçadas	UN	1
0061-vias urbanas	1040	Obras Complementares em Vias Públicas com construção de Passeios	mais conforto a população	vias urbanizadas	UN	1
0061-vias urbanas	1041	Construção/ampliação/reforma da Via de Acesso à MG-060	melhorar acesso a cidade	via construida	UN	1
0061-vias urbanas	1187	Construção/Manutenção de Portal no Trevo de Acesso à MG 060	dar mais visibilidade ao turismo e a cidade	portal construido	UN	1
0061-vias urbanas	1202	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente p/o Setor	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0061-vias urbanas	2037	Manutenção Atividades do Setor de Vias Urbanas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0061-vias urbanas	1211	Pavimentação, Iluminação e Passeios Bairro São Francisco	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0057-Limpeza Pública	1042	Construção de Usina de Reciclagem de Lixo/Aterro Sanitário	implantar coleta seletiva	usina de reciclagem construida	UN	1
0057-Limpeza Pública	1043	Aquisição Equipamento Material Permanente para Limpeza Pública	melhoria das condições de trabalho	carrinhos de coleta de lixo adquiridos	UN	1
0057-Limpeza Pública	2038	Manutenção Atividades da Limpeza Pública e Coleta domiciliar e seletiva de Lixo	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0058-Serviços Funerarios	1044	Reforma no Velório Municipal	melhor conforto para a população	predio reformado	UN	1
0058-Serviços Funerarios	1045	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Serviço Funerário	melhor condições de atendimento cidadão	carrinhos e equipamentos adquiridos	UN	1
0058-Serviços Funerarios	2039	Manutenção Atividade do Serviço Funerário	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0059-Iluminação Pública	1046	Iluminação em Via de Acesso à Rodovia MG-060	proporcionas mais segurança	via iluminada	UN	1
0059-Iluminação Pública	1047	Iluminação em Via de Acesso à Rodovia MG-431	proporcionas mais segurança	via iluminada	UN	1
0059-Iluminação Pública	1048	Construção e Ampliação de Redes Elétricas no Município	proporcionas mais segurança	via iluminada	UN	1

0059-Iluminação Pública	2040	Manutenção Atividades Iluminação Pública	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0056-Habitação Populares Rurais	1049	Reforma de Casas para Pessoas Carentes de Recursos no Município	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0075-Habitação Populares urbanas	1050	Reforma de Casas para Pessoas Carentes de Recursos no Município	melhor qualidade de vida pessoas carentes	materiais de construção em geral	UN	1
0071-Abastecimento de Água	1051	Ampliação e Manutenção de Redes de Distribuição de água no Bairro São Francisco	amplias acesso população a aqua tratada	canalização para distribuição	UN	1
0071-Abastecimento de Água	1052	Construção e Manutenção de Redes de Distribuição de Água em Campo do Meio e Lagoa	amplias acesso população a aqua tratada	canalização para distribuição	UN	1
0071-Abastecimento de Água	1053	Ampliação de Redes de distribuição de Água no Município	amplias acesso população a aqua tratada	canalização para distribuição	UN	1
0071-Abastecimento de Água	1054	Perfuração de Poços Artesianos nos Povoados do Município	amplias acesso população a aqua tratada	poço perfurado	UN	1
0071-Abastecimento de Água	1055	Perfuração de Poços Artesianos da Cidade	amplias acesso população a aqua tratada	poço perfurado	UN	1
0071-Abastecimento de Água	1094	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente p/o Setor	melhorar desenvolvimento realizado setor	bombas hidraulicas e equipamentos	UN	1
0071-Abastecimento de Água	2041	Manutenção de Atividades de Saneamento Básico	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0072-Esgoto Sanitario e Pluvial	1061	Reforma/ampliação estação de tratamento de esgoto	ampliar o acesso de esgoto a população	obras concluidas	UN	1
0072-Esgoto Sanitario e Pluvial	1056	Construção de Rede de Esgoto Sanitário e Pluvial no Bairro São Francisco	ampliar o acesso de esgoto a população	obras concluidas	UN	1
0072-Esgoto Sanitario e Pluvial	1057	Construção e Ampliação Rede Esgoto Sanitário e Pluvial na Av. José Augusto Morais e adjacências	ampliar o acesso de esgoto a população	obras concluidas	UN	1
0072-Esgoto Sanitario e Pluvial	1059	Ampliação Rede Esgoto e Galerias Pluviais na Cidade e Povoados	ampliar o acesso de esgoto a população	equipamentos	UN	1
0072-Esgoto Sanitario e Pluvial	1060	Aquisição Equipamentos e Material Permanente para o Setor	melhorar desenvolvimento realizado setor	Equipamento adquirido	UN	1
0072-Esgoto Sanitario e Pluvial	2042	Manutenção de Atividades do Setor demae	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1062	Pavimentação/calçamento em Via de Acesso ao Povoado de Conquista	melhorar acesso ao povoado	Vias pavimentadas	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1063	Recuperação e Encascalhamento de Estradas Municipais	melhorar acesso ao povoado	estradas encascalhadas	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1077	Construção de Pontes na Av. Brasil	melhorar acesso	ponte construida	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1064	Construção de Pontes no Município	melhorar acesso ao povoado	ponte construida	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1065	Reforma de Pontes no Município	melhorar acesso	ponte reformada	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1066	Construção e Reforma de Mata-burro	melhorar acesso	mata burro reformados	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1067	Revitalização da Frota Municipal	melhor funcionamento do setor	maquinas e veiculos revitalizados	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1068	Aquisição de maquina rodoviarias para o SMER	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1069	Aquisição de Veículos para o SMER	melhor funcionamento do setor	veiculos aquiridos	UN	1
0132-Estradas Vicinais	1070	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o SMER	melhor funcionamento do setor	Equipamento adquirido	UN	1
0132-Estradas Vicinais	2043	Manutenção Atividades do Serviço Municipal de Estradas e Rodagem	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0053-Administração Geral	2057	Manutenção de Convênio com a UNDIME	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	1079	Reforma/ampliação Prédio da Secretaria municipal de educação	melhor condições de trabalho	predio construido	UN	1
0064-Ensino Regular	1080	Reforma /ampliação escola povoado de Lagoa/conquista/lagoa preta	melhor condições aumentar frequencia	predio construido	UN	1
0064-Ensino Regular	1071	Construção/Reforma de Prédio para funcionamento de Escola Municipal Ensino Fundamental	melhor condições aumentar frequencia	predio construido	UN	1
0064-Ensino Regular	1072	Termino de Construção do Prédio Escola Municipal José Moreira Duarte Filho	melhoria no imovel reformado	escola reformada	UN	1
0064-Ensino Regular	1073	Ampliação e Reforma em Prédios Escolares Municipais	melhores condições aos alunos atendidos	predio reformado/construido	UN	1
0064-Ensino Regular	1074	Aquisição de micro-onibus p/transporte escolar	transportas alunos com mais conforto	onibus escolar adquirido	UN	1
0064-Ensino Regular	1075	Aquisição de Veículos para o Serviço Municipal de Educação	agilizar os serviços da educação	veículo adquirido	UN	1
0064-Ensino Regular	1076	Aquisição de moto para o Serviço Municipal de Educação	visita as escolas rurais	veiculos aquiridos	UN	1
0064-Ensino Regular	1078	Aquisição de Mobiliário, Equipamento Material Permanente para o Setor	Melhores condições de trabalho	computadores, moveis e equipamentos	UN	1
0064-Ensino Regular	2048	Manutenção do Pagamento de Obrigações Patronais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	2049	Manutenção Atividades do Ensino Regular	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	2050	Manutenção Atividades do Transporte Escolar	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	2051	Manutenção Atividades do QESE – Salário Educação	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0094-Merenda Escolar	2045	Manutenção Merenda Escolar Escolas Recursos Municipais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0094-Merenda Escolar	2047	Manutenção da Merenda nas Escolas Municipais FNDE/PNAE	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0094-Merenda Escolar	2204	manutenção da merenda do pre-escolar	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0094-Merenda Escolar	2205	manutenção das atividades da merenda	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0159-Conselho Municipal de Educação	1207	Aquisição de equipamentos para estruturação do Conselho Municipal de Educação	Manter serviços propostos	Equipamento adquirido	UN	1
0159-Conselho Municipal de Educação	2239	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Educação	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0154-Cursos Profissional e outros	2058	Manutenção de convênio com o SENAI, SESI, SESC, SEBRAE, UEMG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0066-Bolsa de Estudos	2059	Manutenção Pagamento de Bolsas de Estudo Universitários	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1

0207-Extensao Universitaria	2053	Manutenção Pagamento de transporte de Estudo Universitários	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0207-Extensao Universitaria	2055	Manutenção de convênio com a ULBRA	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0207-Extensao Universitaria	2056	Manutenção de convênio com Consultoria Educacional	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0062-Creche	1081	Reforma do Prédio da Creche Municipal	Melhor atendimento a criança assistida	creche reformada	UN	1
0062-Creche	1082	Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Material Permanente	Melhor atendimento a criança assistida	bens, mesas, cadeiras e camas adquiridas	UN	1
0062-Creche	2060	Manutenção Atividade da Creche Municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0063-Educação Pré-escolar	1212	Construção/Implantação de Unidade de Pró-Infância	Melhor assistir alunos da educação infantil	Unidade construída	UN	1
0063-Educação Pré-escolar	1083	Construção de Unidade para o Pré-Escolar	Melhor atendimento a criança assistida	unidade construida	UN	1
0063-Educação Pré-escolar	2061	Manutenção Atividades do Pré-Escolar Municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0094-Merenda Escolar	2044	Manutenção Merenda Escolar Creche Recursos Municipais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0094-Merenda Escolar	2046	Manutenção Merenda Escolar na Creche Municipal FNDE/PNAE	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0065-Assoc- Pais/Amigos Excepcionais	1084	Construção de Prédio para Funcionamento do Ensino Especial	melhores assitir as crianças portadoras de necessidades especias	predio construido	UN	1
0065-Assoc- Pais/Amigos Excepcionais	2062	Manutenção de Convênio com a APAE de Para de minas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0065-Assoc- Pais/Amigos Excepcionais	2196	Manutenção de Convênio com a APAE de São José da Varginha	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0065-Assoc- Pais/Amigos Excepcionais	2063	Manutenção Atividades Ensino Especial	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	1095	aquisição de onibus para transporte escolar	transportas alunos com mais conforto	onibus escolar adquirido	UN	1
0064-Ensino Regular	1096	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Setor	Melhor atendimento aos alunos	moveis escolar computadores adquiridos	UN	1
0064-Ensino Regular	1097	Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Municipais	proporcionas mais conforto aos alunos	predio reformado	UN	1
0064-Ensino Regular	2073	Manutenção do Pagamento de Obrigações Patronais do Magistério	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	2074	Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental/FUNDEB	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0064-Ensino Regular	2075	Manutenção de Atividades do Transporte Escolar/FUNDEB	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0188-Transfer. Recursos Caixas Escolares	2241	Transferência de Recursos para Manutenção das Caixas Escolares	Melhor assistir alunos da rede de ensino	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	1085	Construção de Prédio para a Biblioteca Pública Municipal	leitura e estudos	predio construido	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	1086	aquisição de Acervos para Biblioteca Pública Municipal	aprendizado	livros e acervos	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2014	Manutenção de Festas juninas locais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2064	Realização de Comemorações do Aniversário da Cidade	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2065	Realização do Carnaval na Cidade	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2066	Realização da Festa Mineira do Tomate	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2067	Realização do Circuito Cultural no Município	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2068	Realização do Réveillon na Cidade	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2069	Manutenção Atividades da Biblioteca Pública	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0017-Apoio desenvovimento cultural	2123	Confraternização dia do trabalhador	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0806-Patrimônio Históric Art. Arqueológic	1205	Aquisição de equipamentos para Setor Cultural	equipar as condições de cultura	Equipamento adquirido	UN	1
0806-Patrimônio Históric Art. Arqueológic	2237	Manutencao e Restauração de Bens Tombados Culturais	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0067-Desporto Amador	1087	Construção de Centro Esportivo Amador	aumentar pratica esportes jovens crianças	predio construido	UN	1
0067-Desporto Amador	1088	Reforma e Ampliação em Centros Comunitários Municipais	local para reuniões comunitarias	centro comunitario reformado	UN	1
0067-Desporto Amador	1089	Ampliação e Reforma de Quadra Esportiva no Povoado de Lagoa Preta	proporcionar mais conforto ao povoado	quadra esportiva reformada	UN	1
0067-Desporto Amador	1090	Construção de Alambrado, Gramado, Vestiário e Arquibancada no Campo de Futebol do Povoado de Co	proporcionar mais conforto ao povoado	benfeitorias realizadas	UN	1
0067-Desporto Amador	1091	Construção de Quadra de Esportes no Povoado de Lagoa Branca	proporcionar mais conforto ao povoado	quadra esportiva construida	UN	1
0067-Desporto Amador	1008	Ampliação e Reforma campo de futebol Moreirão	proporcionar mais conforto a população	quadra esportiva reformada	UN	1
0067-Desporto Amador	1092	Construção de Alambrado, Gramado, Vestiário e Arquibancada no Campo de Futebol do Município	proporcionar mais conforto ao povoado	campo reformado	UN	1
0067-Desporto Amador	1093	Aquisição Equipamentos para Desporto Comunitário no Município	equipar as condições e esportes	redes, traves e equipamentos esportivos	UN	1
0067-Desporto Amador	1190	Aquisição Equipamento Material Permanente para o Setor	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0067-Desporto Amador	2070	Manutenção de Pagamentos à Liga Desportiva de Pará de Minas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0067-Desporto Amador	2071	Manutenção de Pagamento com Escolinha de Futebol Infantil	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0067-Desporto Amador	2072	Manutenção de Atividades do Desporto Comunitário no Município	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	1098	Construção, Ampliação e Reforma de Infra-Estrutura no Parque de Exposições Municipal	melhores condições de eventos	imovel pavimentado e ampliado	UN	1
0070-Prod.Vegetal	1099	Iluminação do Parque de Exposições Municipal	melhores condições de eventos	parque iluminado	UN	1

0070-Prod.Vegetal	1101	Aquisição de Equipamentos para o Barracão do Produtor Rural	melhores condições ao produtor rural	maquinas e equipamentos adquiridos	UN	1
0070-Prod.Vegetal	1103	Aquisição de Implementos Agrícolas	melhores condições ao produtor rural	arados, grades aradoras adquiridos	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2076	Manutenção de Atividades do Setor Agrícola Municipal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2077	Manutenção de Pagamento de Serviços de Arações de Terra p/o Produtor Rural	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2078	Manutenção de Atividades Barracão do Produtor Rural	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2079	Manutenção de Atividades do CODEMA	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2080	Manutenção do Programa de Doação de Mudas frutiferas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2081	Manutenção do Programa de Doação de Mudas de Café	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2082	Manutenção do Programa de Distribuição de Calcário	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2083	Manutenção do Programa de Doação de Sementes de Milho	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2084	Manutenção do Programa de Sementes de Hortaliças	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2085	Manutenção do Programa de Agricultura Familiar	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0070-Prod.Vegetal	2086	Manutenção de Pagamento de Convênio com a EMATER/MG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0109-Edificações Púiblicas	1104	ampliação/reforma galpão municipal incentivo industrial	melhorar o desenvolvimento do setor	galpão reformado e ampliado	UN	1
0116-Eletrificação rural	1105	Obras de Eletrificação Rural e Urbana no Município e nos Povoados da Zona Rural	melhores condições aos moradores da zona rural	moradias iluminadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	2122	manutenção com recepção, hospedagens, festividades	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	2166	Manutenção Atividades Assistência Médica e Sanitária	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	2167	manutenção da telefonia movel	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	2168	informatização e informatica em saude	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	2169	manutenção de cadastro dos usuarios do sus	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	2207	Conferencia Municipal de Saúde, com realização de seminarios, palestras e oficinas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0134-Gestão do SUS	1153	Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalar para a Secretaria Municipal de Saúde	melhor atendimento a população	equipamento medico hospitalar	UN	1
0136-Atenção Basica	2170	manutenção do PAB fixo	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0035-Atenção Promoção da suade	1193	implantação da academia de saude	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0035-Atenção Promoção da suade	2209	manutenção da academia de saude	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1154	construção ampliação de imoveis	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1156	construção ampliação de imoveis	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1157	aquisição de equipamentos e material permanente	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1158	construção /ampliação imoveis p NASF bloco VI	melhor atendimento a população	unidade reformada/construida	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1159	aquisição de equipamentos e material permanente p NASF	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1161	aquisição de equipamentos e material permanente p saude bucal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1195	Construção unidade basica de saúde UBS	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1114	Aquisição de Mobiliário, Equipamentos e Material Permanente	melhor atendimento a população	Equipamento adquirido	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	2176	Manutenção Atividades Assistência Médica e Sanitária	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1166	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente p/o Setor	melhor atendimento a população	equipamento medico hospitalar	UN	1
0135-Invest. rede serviços de saúde	1153	construção /ampliação imoveis p saude bloco VI	melhor atendimento a população	unidade reformada/construida	UN	1
0136-Atenção Basica	1191	aquisição de equipamentos e material permanente p vigilancia em saude	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0136-Atenção Basica	2171	Manutenção Programa Saúde da Família no Município	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0136-Atenção Basica	2172	manutenção do nucleo de apoio a saude da família	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0136-Atenção Basica	2173	manutenção dos agentes comunitarios de saude	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0136-Atenção Basica	2174	manutenção da saude bucal	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0136-Atenção Basica	2175	manutenção de convenio com UFMG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0136-Atenção Basica	2208	programa de fortalecimento em vigilancia em saude	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Requlação/Ampliação Sistema saude	1110	Construção/Manutenção de Unidade de Saúde no Povoado de Lagoa Preta	construção unidade de saude	unidade construida	UN	1
0034-Requlação/Ampliação Sistema saude	1111	Construção/Manutenção de Unidade de Saúde no Povoado de Lagoa Branca	construção unidade de saude	unidade construida	UN	1
0034-Requlação/Ampliação Sistema saude	1112	Término das Obras de Ampliação do Centro Municipal de Saúde	construção unidade de saude	unidade construida	UN	1
0034-Requlação/Ampliação Sistema saude	1113	Construção, Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde do Povoado de Conquista	construção unidade de saude	Unidade a ser construída	UN	1
0034-Requlação/Ampliação Sistema saude	1102	Aquisição de onibus para transportes de pacientes	melhor atendimento a população	Equip. adquirido	UN	1

0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	1173	Aquisição equipamentos e material permanente transportes doentes	melhor atendimento a população	Equip. adquirido	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	1192	Aquisição de equipamentos e material permanente para TFD	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	2093	Manutenção de Convênio com o Hospital Nossa Senhora da Conceição Pará de Minas	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	2184	Manutenção do tratamento fora do domicilio	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	2185	Manutenção do transportes de doentes urgentes	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	2188	Manutenção de Convênio com o ICISMEP	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	2189	Manutenção de Convênio com o CISPARÁ	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0034-Regulação/Ampliação Sistema saude	2190	Manutenção de Convênio com o CIS-URG OESTE	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0138-vigilancia em saude	2178	Manutenção Atividade da Vigilância Sanitária	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0138-vigilancia em saude	1058	construção rede de esgoto galerias pluviais UBS	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0138-vigilancia em saude	1164	aquisição de equipamentos e material permanente	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0138-vigilancia em saude	1167	aquisição de equipamentos e material permanente de vacinação	melhor atendimento a população	Equip. adquirido	UN	1
0138-vigilancia em saude	1168	aquisição de equipamentos e material permanente de controle doenças	melhor atendimento a população	Equip. adquirido	UN	1
0138-vigilancia em saude	2177	Manutenção de Atividades da Vigilância Epidemiológica	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0138-vigilancia em saude	2179	manutenção de campanha de vacinação	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0138-vigilancia em saude	2180	manutenção de programa de controle de doenças	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0139-Média e Alta Complexidade	1203	Manutenção dos serviços do Consórcio Intermunicipal CIS-URG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0139-Média e Alta Complexidade	1204	Aquisição de equipamentos em parceria com Consórcio CIS-URG	Manter serviços propostos	Equipamento adquirido	UN	1
0139-Média e Alta Complexidade	2235	Manutenção dos serviços do Consórcio Intermunicipal CIS-URG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0139-Média e Alta Complexidade	2236	Manutenção do Contrato de Rateio com Consórcio CIS-URG	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0158-Conselho Municipal de Saúde	1206	Aquisição de equipamentos para estruturação do Conselho Municipal de Saúde	Manter serviços propostos	Equipamento adquirido	UN	1
0158-Conselho Municipal de Saúde	2238	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde	Manter serviços propostos	Atividades realizadas	UN	1
0151-Proteção Social Basica	1142	Estrutura da rede de proteção social básica	Melhoras a prestação de serviços	Estruturação setor	UN	1
0151-Proteção Social Basica	1144	Estrutura da rede de proteção social básica	Melhoras a prestação de serviços	Estruturação setor	UN	1
0152-Proteção Social Especial	1147	Estrutura da rede de proteção social básica especial	Melhoras a prestação de serviços	Estruturação setor	UN	1
0152-Proteção Social Especial	1149	Estrutura da rede de proteção social básica especial/casa do idoso	Melhor atendimento ao idoso	Construção de casa	UN	1

Prefeitura Municipal de São José da Varginha, MG, 28 de Junho de 2019.

Vandeir Paulino da Silva
Prefeito Municipal